

## ENSINO DE GEOGRAFIA: ALGUNS ENFOQUES A PARTIR DO MESSIAS E DE CASAMENTOS

Cláudio Benito O. Ferraz<sup>1</sup>

**RESUMO:** Discutir o ensino de geografia hoje pressupõe discutir a elaboração do discurso científico e a própria idéia de ciência, principalmente as humanas. A crise do conhecimento científico leva a busca de novas linguagens produtoras de conhecimento, como a artística, a cotidiana, a mística entre outras, permitindo um diálogo entre esses saberes. Neste texto, o uso das metáforas analisadas por meio do ritual do casamento e do papel do messias na construção da idéia de tempo e de ações alternativas, metáforas registradas por diversas expressões artísticas, como a literatura e a pintura, permitem uma ampliação do sentido de espaço para a geografia, aproximando esse conhecimento da realidade vivida por cada indivíduo na sociedade atual. O objetivo não é atingir uma verdade definitiva sobre o que é ensino de geografia nem o que é espaço e paisagem para a geografia, mas enriquecer os atuais sentidos destes termos e palavras, permitindo um conhecimento mais próximo da vida ao invés de imposto a esta. Saber dos limites das palavras e da lógica do discurso, ampliando o olhar geográfico com a leitura de imagens e outras formas de representações, é uma necessidade para a linguagem científica da geografia e para a humanidade, que necessita de análises geográficas voltadas para a vida humana e não para a exclusividade do poder.

**Palavras-chave:** Geografia; Ensino; Formação; Arte; Ciência

---

## GEOGRAPHY TEACHING: SOME FOCUSES STARTING FROM MESSIAH AND MARRIAGES

**ABSTRACT:** To discuss the geography teaching today presupposes to discuss the elaboration of the scientific speech and the own idea of science, mainly the human. The crisis of the knowledge scientific search of new languages producing of knowledge, as the artistic, the daily, the mystic among other, allowing a dialogue among those you know. In this text, the use of the metaphors analyzed through the ritual of marriage and Messiah paper in the construction of the idea of time and of alternative actions, metaphors registered by several artistic expressions, as the literature and the painting, they allow an amplification of the space sense for the geography, approximating that knowledge of the reality lived by each individual in the current society. The objective is not to reach the definitive truth of the what is geography teaching or space and landscape in the geography, but to enrich the current senses of these terms and words, allowing knowledge lives closer of the life instead of to impose on this. To know of the limits of the words and of the logic of the speech, enlarging the geographical glance with the reading of images and other forms of representations, it is a need for the scientific language of the geography and for the humanity, that needs geographical analyses gone back to the human life and not for the exclusiveness of the power.

**Key-words:** Geography; Teaching; Formation; Art; Science

---

### INTRODUÇÃO

Para um razoável leitor da Bíblia – dispensável dizer em relação a um assíduo leitor – ou para um leitor esporádico, como é o meu caso, até para aqueles que nunca leram

---

<sup>1</sup> Professor de Prática de Ensino em Geografia da FCT/UNESP “campus” de Presidente Prudente, rua Roberto Simonsen, 305. e-mail: flaviananunes@muramet.com.br

a esse “livro dos livros”, a epígrafe acima está identificada com a famosa passagem das “Bodas de Caná”. Eis o primeiro sinal do poder do messias ao inaugurar uma nova era – havia chegado o momento da liberdade dos explorados e sofredores do mundo 1.

É interessante pensar que Jesus dá início à sua missão messiânica com um milagre de resgate da festa. Numa festa de comemoração da união eterna entre homens e mulheres. União simbolizadora da ligação entre o homem e seu criador, reintroduzindo ritualisticamente a religação necessária entre os homens e a totalidade do cosmos, num processo constante de recriação da vida através da dedicação ao outro pelo amor, processo este sempre ameaçado pelos desvarios e mesquinharias humanas.

As Bodas de Caná é uma festa e, como em toda festa, não podia faltar ao elemento vital simbolizador da irrigação da vida e da alegria, no caso, o álcool contido no vinho. Este nos permite transcender a existência terrena, atingindo níveis lúdicos e emocionais que corriqueiramente não temos condições ou coragem de vivenciar. O vinho possui, portanto, o mesmo sentido do sangue em nossas veias ao percorrer todos os recantos de nosso corpo, permitindo à vida se depositar em todas as partes dos diversos órgãos humanos de maneira que possamos nos entender por inteiro, uma unidade preñe de diversidade em que as diferentes partes do nosso ser biológico, as quais mutuamente se desconhecem, possam ser integradas em nossa unidade corporal e intelectual tanto em níveis de pura sensibilidade e intuição quanto nos de pura racionalidade.

O álcool também nos capacita a percebermos outras sensações e elaborarmos reflexões diversas das usuais quanto ao nosso existir, mas que corriqueiramente ignoramos ou tememos encarar, daí permitir estabelecer um sentido ampliado de nosso entendimento pessoal e de nossa união com o todo, indo muito além das vivências e contatos imediatos reproduzidos cotidianamente.

Contudo, apesar desse potencial ampliador, o álcool é perigoso, pois a sensação de prazer proporcionado pode nos dopar de nossa capacidade de ter e de buscar a consciência de nossos atos, pensamentos e emoções. Nesse aspecto, o primeiro milagre de Cristo é carregado de simbologias exatamente por ser a transformação da água em vinho, da pureza cristalina e neutra da água na tentação quente e perigosa do vinho. Mas essa transformação não se dá por acaso, assim como o momento e lugar em que ocorre também não é, pois trata-se de uma festa celebradora da união entre seres diferentes. O sentido da festa reflete a simbologia presente nas diferenças entre água e vinho como expressão da unidade necessária entre os diversos elementos que compõem a vida humana.

O existir humano é uma busca de interação entre elementos considerados puros em suas manifestações, como os de equilíbrio e de racionalidade, com os elementos

carregados de emoção, como os desejos em geral e irracionalidades da pura intuição. Caso ficarmos restritos a apenas um desses aspectos, não nos reconheceremos mais como humanos, seremos meros autômatos com dada racionalidade e suposta pureza moral ou então animais puramente instintivos e de possível adestração. Ambas as posturas em si apontam ao desequilíbrio do ser, sendo que a unidade se dará na interação daqueles elementos num nível cada vez maior de consciência da totalidade enquanto “ser humano”.

Este sentido de unidade entre água e vinho é o que identificamos na festa de casamento da qual Cristo participou em Caná. Ele não nega o vinho para a festa, mas o fundamenta na água, de forma que o elemento perigoso e liberador de nossos sentimentos e desejos reprimidos não deve ser negado, mas incorporado, simbolizando os desafios da vida que invariavelmente teremos de enfrentar, ou seja, não há como evitá-los, logo, não devemos ignorá-los, pois se recusarmos aos perigos da vida não aprenderemos a viver. A vida só se concretiza quando nos arriscamos e a celebramos ao percorrer os tênues e complexos elementos que podem nos desviar e confundir. Sem correr riscos, sem sentir as profundas emoções do existir, sem experimentarmos e tomarmos consciência dos dissabores da dor e da morte, não há como nos embriagarmos de vida.

Contudo, caso deixarmos nos levar por esses elementos corremos o risco de também nos perdermos, daí o sentido da água como fator ao mesmo tempo purificador e, paradoxalmente, fundamento do vinho, ou seja, todo o mal da vida está intrinsecamente relacionado com todo o bem, a questão é saber como potencializá-los em nossa vida de forma tal que não nos destrua, mas nos realize como existência completa, como esse milagre semental e prenhe de significados para a vida humana deixa transparecer

Por isso as Bodas de Caná é exatamente esta aposta na união do homem com a vida em sua diversidade e, como o próprio Jesus, caminha-se para a morte com percalços e desilusões, buscando em meio as perdas e sofrimentos a alegria de poder recriar a vida num constante renascer, esse deve ser o mote da existência humana – por isso devemos beber sempre de nossa essência vital...de nosso vinho 2.

Mas aí o leitor, ao chegar até aqui, questionar-se-á: o que esta ode à vida tem com o ensino de geografia?

Calma leitor! Este é apenas o pano de fundo que permite à reflexão deste autor direcionar-se mais objetivamente sobre a problemática do ensino de maneira a não se reduzir a uma relação de conceitos e termos técnicos, cujo objetivo prioritário pauta-se num aprimoramento ideal enquanto discurso, mas sim como ação teórica embrenhada na própria vida humana. Mas vamos em frente para ver se isso fica mais claro, apesar de mais complexo.

## **COTIDIANO E CIÊNCIA: O TEMPO MESSIÂNICO**

O pensamento científico atual, no dizer de Bachelard (1968, p.123), busca “ler o complexo sob a aparência simples”. Tal aspecto reflete um dualismo interno ao processo de elaboração do conhecimento científico, notadamente o produzido pelas ciências que abordam problemáticas sociais ao estabelecerem parâmetros para o ser humano melhor se entender perante toda a diversidade e complexidade do real. O conhecimento hegemonicamente produzido na academia e grandes centros de pesquisa, objetiva indicar leituras coerentes para um entendimento mais preciso, único e verdadeiro, estabelecendo um caminho seguro e rigoroso, contudo, ao assim fazer, acaba por simplificar a complexidade do mundo para melhor compreendê-lo e, desta forma, os estudos científicos acabam por não atingir seus objetivos de passar uma noção mais clara e ampla dos fatos estudados como forma de se aproximar do real enquanto entendimento e contexto, substituindo esta função de servir como um modelo de referencial de conhecimento do real por uma função entendida como a expressão exata do mundo em palavras.

Muitos pensadores e cientistas não entendem a ciência como um saber que visa dar acesso a uma melhor compreensão do real, mas assumem este conhecimento, dito científico, como a fundamentação da verdade absoluta e única do real. Mas como o saber humano não consegue dar conta da totalidade da vida, por mais criterioso e coerente que seja sua abordagem, os homens de ciência tendem a culpar esse limite do conhecimento como defeito do método ou da teoria adotada e visam superar essas falhas fazendo uso de outros referenciais teóricos e metodológicos, os quais crêem dar conta da totalidade em definitivo. Cai-se no dogmatismo paranóico da busca da verdade única e absoluta, fazendo do discurso científico, ao invés de um conhecimento aberto às possibilidades de entendimento do real, um saber que se impõe à vida através da denominação e conceituação precisa de cada componente desta e, a partir disso, estabelece-se os mecanismos corretos de como manipulá-la visando tirar o melhor proveito e utilidade desta.

Eis aí a dualidade do pensamento científico, ou seja, ao mesmo tempo que visa entender o real em sua complexidade através de análises objetivas de leitura e intervenção, esse pensamento não consegue atingir completamente esses objetivos, pois o conhecimento absoluto é impossível perante a dinâmica do real, principalmente frente aos elementos sócio-culturais que escorregam entre os vãos dos dedos do saber científico. Tal fato torna esse saber objetivo uma subjetividade constante, sempre caindo numa relatividade de entendimentos possíveis.

O discurso científico, desde Newton, adotou majoritariamente os modelos físico-matemáticos como parâmetros de rigor e aplicação dos estudos para todas as ciências, as quais passaram a se especializar cada vez mais via desenvolvendo de disciplinas específicas, as quais estudam determinados aspectos do real a partir daqueles modelos devidamente adaptados para cada especificidade, sendo que o conhecimento final e total adviria da somatória destes vários estudos particulares. Em nome da objetividade da análise, a razão científica se radicalizou a ponto de consolidar um sectarismo intelectual em que só seu olhar sobre o real a capacita dizer o que é exatamente este, pois sua análise se fundamenta e se expressa matematicamente numa relação lógica que nega a possibilidade de contradições, de divergências e da relativização da verdade, portanto, bem ao contrário do que ocorre com os saberes artísticos, místicos, cotidianos etc.

Assim, através do rigor matemático e da elaboração de modelos físicos para explicar a lógica do comportamento do cosmos, como Newton expressou, a ciência moderna foi se consolidando como a grande referência de verdade de entendimento dos fatos da vida. Com as diversas especializações que sofreu a partir do maior dinamismo e diversidade dos fatos e fenômenos do mundo em decorrência da lógica da sociedade capitalista, urbana e industrial, acabou gerando especializações deste saber para abordar as problemáticas que envolvem a sociedade e a singularidade do ser humano em sua complexidade cultural e social. Ciências como História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Geografia, entre outras, foram se estruturando, notadamente ao longo do século XIX, a partir daquele referencial comum advindo dos modelos físicos e matemáticos regiadamente adaptados. Essa adaptação se fundamentou na estruturação lógica do léxico gramatical, ou seja, no rigor e precisão das palavras que formavam o discurso de determinada ciência.

Esse discurso rigoroso, preciso, coerente e lógico expressava o sentido de exatidão e objetividade das verdades reveladas por essas ciências humanas, sendo que as diversas teorias e métodos empregados deveriam ter como elemento comum este rigor discursivo a partir da lógica formal da linguagem utilizada, portanto, foi pelo cuidado com as palavras em atender a precisão das análises científicas que a ciência moderna acabou se encastelando em seu padrão lógico-formal de racionalidade, fazendo do discurso científico não um parâmetro para se ter acesso ao mundo, mas o modelo que se impõe ao mundo. O que não cabia nesse modelo simplesmente era desconsiderado como não importante e sério, ficava jogado do lado de fora do real, deste real referenciado pelo saber científico.

Ao tomar esta postura, o conhecimento científico não percebeu que deixou de fora do real a maioria dos elementos que compõem ao mesmo em sua concretude espacial e cotidiana. Os sonhos, emoções, vícios, sentimentos, gestos, gostos, desejos, loucuras, banalidades e detalhes do dia-a-dia, bebedeiras, frustrações, vazios etc. etc. etc., foram

negligenciados por não serem passíveis de catalogação, manuseio, classificação, controle, rigor e enquadramento em algum modelo científico.

É claro que, com a evolução do conhecimento científico, novos saberes e técnicas foram sendo elaborados no intuito de dar conta destas especificidades, como a Psicologia, a Psicanálise, a Estética, a Sociologia, a Geografia etc., no entanto, ao invés de surgirem como novos referenciais de estudos que se pautam na lógica diversa e complexa de seus objetos ou meios de estudos, esses novos saberes continuaram reproduzindo os parâmetros físico-matemáticos, estruturando seus discursos a partir do referencial lógico-formal, de maneira que o rigor e precisão da razão científica não fosse entendida como um modelo simplificado do real, um referencial de entendimento, mas a própria expressão lógica do mesmo em sua totalidade. Só que o real, em sua complexidade, continuava muito além das possibilidades dos estudos científicos, por mais contribuições que trouxessem eles não estabeleciam condições enriquecedoras para que a materialidade diversificada das coisas se expressassem em entendimento lógico de plurisentidos personificados enquanto idéia, fazendo do discurso científico mais um elemento de uniformização e justificação ideológica do que propriamente unidade de conhecimento.

Paralelamente, e em complementaridade ao sentido ideológico do conhecimento científico, este saber foi se tornando cada vez mais técnico, abandonando seus referenciais de elaborar parâmetros de entendimento objetivos do real e incorporando cada vez mais o papel de edificador de subsídios às formas de controle sobre este. A razão científica se tecnicizou, transformando-se num elemento de atendimento à lógica pragmática da sociedade de exploração capitalista, fazendo da ciência hegemonicamente produzida atualmente uma espécie de monstro que se desconhece enquanto expressão de crítica e reflexão, reduzindo sua função a prioritariamente atender aos interesses econômicos e políticos de uma minoria privilegiada 3.

O desenrolar dessa tendência desembocou na crise paradigmática que envolve atualmente o pensamento científico, o qual busca caminhos por entre seus limites a serem necessariamente assumidos, para assim entender a ciência como mais um referencial entre outras formas de elaboração do conhecimento humano, aquele capaz de elaborar modelos parametrizadores da complexidade do real ao invés da prepotente e arrogante postura de dizer qual a verdade única a se impor ao mundo.

Atualmente, com a crise do conhecimento científico, crise gerada, como vimos, por ter negado seus próprios limites e optado em disfarçar a estes através da aplicabilidade técnica e da justificativa ideológica, comprometendo assim o próprio sentido e objetivo deste

saber, resgatam-se críticas e buscas por outros caminhos que foram sendo elaborados ao longo da evolução do saber humano no ocidente 4.

Essa crise paradigmática com seus questionamentos e reflexões, afetaram ao pensamento científico da geografia, o qual chegou no final do século XX ansiando, por um lado, resgatar trabalhos e conceitos clássicos como forma de retilhar pistas e apontamentos já traçados, por outro lado se enveredou pela reflexão dos elementos culturais que permeiam a sociedade capitalista em sua fase atual de flexibilização dos processos de produção e acumulação, isso graças a presença cada vez mais constante dos fatores e maquinários relacionados com a alta tecnologia, os quais aceleraram a especulação financeira numa escala nunca antes vista 5.

Aqui não desenvolveremos uma análise sobre essas várias tendências e possibilidades, vamos apenas optar por algumas diretrizes que mais se aproximam de um resgate do cotidiano, visando melhor entender a este como um aspecto central da expressão sócio-espacial esquecida e substituída pelas análises genéricas e absolutizantes dos discursos científicos, como no caso o geográfico.

O cotidiano aqui é a unidade da diversidade, ou seja, é o elemento que, temporal e espacialmente expressa e materializa a complexidade do real vivido, experimentado e produzido pelos homens em suas individualidades e em suas relações sociais. O cotidiano, ao mesmo tempo que é rotina e alienação a impossibilita o entendimento da vida por causa da fragmentação e da caoticidade de tudo que envolve os homens, também é a instância de subversão, de resistência e recriação frente às forças e fatores controladores, padronizadores, formalizadores e legalizadores das condições do viver humano.

Assim, pelas suas características próprias, o cotidiano nunca foi um local de estudos privilegiados pela objetividade e padronização científica, apesar de boa parte das obras e produtos advindos das pesquisas e reflexões das ciências em geral, direta ou indiretamente, desembocarem na vida cotidiana.

Essa característica de não controle absoluto e de inusitado ao provocar estranhamento frente as normas generalizantes constituidoras de um tempo retilíneo e matematicamente dividido, paralelamente ao aspecto de banalidade repetitiva ao aparentemente “naturalizar” os gestos e valores humanos, é que faz do cotidiano uma potencialidade tanto de controle ideológico quanto de força subversiva frente a este mesmo controle. O tempo e espaço do cotidiano possuem esse duplo sentido, contudo, o saber científico não consegue controlar racionalmente a este e acaba contribuindo para que os elementos subversivos também não sejam adequadamente explorados como forma de

produção de conhecimento, aumentando a sensação de estranhamento perante o vivenciado no dia-a-dia.

Ampliar o nosso entendimento do cotidiano não deve ser uma exclusividade do saber científico mas, contando com a participação deste, pode-se procurar uma compreensão do mesmo para auxiliar ao homem trilhar caminhos mais ricos, mais conscientes, menos traumáticos e entediantes de se viver. Nessa direção, Certeau (1996, p. 202) apresenta o papel do conhecimento geográfico.

“...O espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidade contratuais(...)o espaço é um lugar praticado.

Tomando o espaço como uma unidade polivalente, local em que os homens praticam sua existência e se afirmam como seres humanos, identificamos a relação íntima entre geografia e o cotidiano. Nesse sentido, por serem tão integrados, os indivíduos não percebem como os elementos espaciais estão embrenhados em suas existências, pois tomam a estes a partir do que o discurso científico hegemônico da geografia elaborou sobre tal questão, fazendo do espaço uma mera abstração nomenclatural (nome dos locais, suas características mais genéricas e seus dados principais de extensão, população, produção etc.) ou de uma série de componentes numéricos expressos em gráficos e mapas, os quais indicam os elementos gerais não vivenciados e nem produzidos no dia-a-dia das pessoas. Essa noção de espaço passada pela geografia veda as formas e processos que cotidianamente cada um vivencia ao produzir sua espacialidade no contexto das relações sociais, econômicas, políticas e culturais determinantes.

Contudo, perante a crise do conhecimento científico atual, especificamente o geográfico, coloca-se a importância da geografia resgatar o papel dessa espacialidade cotidiana como elemento inerente ao conhecimento geográfico vivido concretamente pelos homens em sociedade, de maneira que o potencial libertário do cotidiano seja efetivado de forma mais consciente e ampla.

Frente ao caráter repetitivo e alienante das tarefas diárias, frente a miséria, as desgraças da vida e aos poderes alienantes das entidades materializadas em bens de consumo inacessíveis em boa parte à maioria da população, frente ao saciar vazio das mercadorias às necessidades humanas e das imagens ocas de objetos nulos de vida que apenas almejam expressar um certo “status” momentâneo e frívolo, frente ao poder das leis hegemônicas e da hipocrisia da moral dominante, enfim, frente a tudo isso se irrompe um novo tempo na busca da territorialização de um novo espaço de relações humanas, de

novos valores, necessidades e desejos. Um espaço/tempo de festa, no sentido aqui já apontado de realização do humano.

Para esse resgate do cotidiano como elemento explícito do conhecimento geográfico, torna-se necessário ao discurso científico da geografia perceber seus limites e abrir-se ao diálogo com outras esferas do saber que apresentam uma maior identificação e relação para com a vida cotidiana. Esse diálogo visa enriquecer o olhar geográfico sobre a demarcação que cada indivíduo socialmente elabora ao longo de sua existência, desta forma, a geografia poderá melhor ler e elaborar representações que até então eram praticadas e expressadas mais nas esferas místicas e artísticas, mas sem propiciar um sentido crítico de unidade de entendimento, o que a análise científica da geografia tem potencialmente condições de fazer 6. Além desse contato com essas esferas do saber, torna-se necessário também a aproximação com as preocupações e reflexões trabalhadas tanto pela filosofia quanto pela história, principalmente no que estas possuem de instrumentais que podem melhor iluminar a objetividade necessária das análises geográficas.

Nessa direção, faremos uso aqui do pensamento de Walter Benjamin quanto a sua proposta do tempo messiânico em lugar da idéia usual do tempo histórico.

Para Benjamin o tempo histórico, ou seja, a história tomada por especialistas e difundida como a única forma de entendimento do tempo, torna a este vazio ao entendê-lo como um contínuo linear e matematizável, o que contribui para uma postura passiva dos homens em relação ao tempo, transformando os sujeitos em meros contempladores ao embutir o fato deles serem os verdadeiros criadores daquilo a que chamamos história. Assim, o tempo messiânico irrompe subvertendo esta relação simplista de passado-presente-futuro, em que os homens navegam numa direção única e logicamente encadeada, externa aos próprios, estabelecendo uma postura conformista de muitos a custo do poder de poucos.

Benjamin (1985, p.156) entende que estudar o passado é articulá-lo historicamente, mas esta articulação não é tomada a partir de documentos antigos tidos como expressões exatas dos fatos como estes ocorreram, mas entende esses documentos no sentido do “captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo”, sendo este perigo o “sujeitar-se a ser um instrumento da classe dominante”, para tal, é necessário entender e rememorar o que em cada época foi “transmitido de conformismo que ameaça subjogá-lo”, logo, é perante este perigo e esta consciência crítica do passado que se viabiliza a articulação histórica do presente.

Jeanne Marie Gagnebin, em seu prefácio à obra de Benjamin (1993, p. 8), esclarece mais sobre esta concepção de tempo messiânico:

“...Segundo Benjamin, a historiografia ‘burguesa’ e a historiografia ‘progressista’ se apoiam na mesma concepção de tempo ‘homogêneo e vazio’, um tempo cronológico e linear. Trata-se(...)para o historiador capaz de identificar no passado os germes de uma outra história, capaz de levar em consideração os sofrimentos acumulados e dar uma nova face às esperanças frustradas – de fundar outro conceito de tempo, ‘tempo agora’, caracterizado por sua intensidade e sua brevidade, cujo modelo foi explicitamente calcado na tradição messiânica.

Esta concepção messiânica de tempo é que subverte a razão retilínea e simplista do tempo cronológico, permitindo a interação de análises de longa duração e extensão com o imediato presente no espaço do cotidiano, unindo os aparentemente opostos e abrindo para novas perspectivas de vida, exatamente como Cristo apontou nas Bodas de Caná.

Cristo irrompe no meio da festa subvertendo a lógica do tempo e do espaço da mesma, salvando-a de vergonhoso fim e dando novo sentido para esta, sentido que está além do espaço da casa e do momento em que ela ocorria. Ele irrompe carregando em si a consciência de tantas dores sofridas pelo seu povo e materializando (encarnando) a esperança de liberdade contra a miséria, a exploração e, principalmente, contra a repetição estupidificante dos gestos e atos vazios. O casamento, no caso, havia se tornado um ritual oco, sem um fundamento místico mais profundo, espelhando a própria vida de então que não tinha capacidade de subverter o óbvio e a reprodução mecânica e hipócrita das falas e dos atos.

Nesse sentido, Benjamin (1993, p. 224-225) coloca que em “cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo”, por isso que o messias “não vem apenas como salvador; ele vem também como vencedor do Anticristo”, pois se tem que “despertar no passado as centelhas de esperança”, única forma de proteger até nossos mortos do inimigo, porque os “mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. O inimigo, todos os inimigos que em todas as épocas impuseram suas idéias e valores sobre uma maioria de seres humanos, tolhendo-lhes a liberdade, a integridade e a capacidade de cada um poder criar e sentir o prazer da vida, ou seja, os inimigos tendem sempre a vencer à custa do conformismo dos explorados e da incapacidade destes subverterem as regras e as leis dos dominantes. Cristo, o messias, é exatamente essa expressão de liberdade, de subversão à lógica dominante, da capacidade do homem resgatar seu passado/presente de dor e aprender com ele, de trazer a esperança e poder realizá-la.

O “messias” é a expressão de toda uma longa história de sofrimento que irrompe no agora, para tal, ele não vem com belas teorias genéricas a estabelecerem a verdade absoluta pautada na mera abstração e formalidade discursiva, pelo contrário, ele surge falando de coisas eternas e comuns a todos os homens: ele fala sobre a beleza da difícil e simples arte de amar, da necessidade de procriação como um prazer sereno, de lutar contra as injustiças e aproveitadores como o fato de ir ao mercado e não ser enganado pelos vendedores, de respeitar as diferenças como caminho de identidade do gênero humano, de orar em momentos de desespero e em momentos de agradecimento, do trabalhar como uma força criadora e criativa inerentemente humana, do alimentar e do beber como os grandes gestos de nosso viver a capacitar-nos a cada dia na insistência nossa de existir.

Jesus fala de todas essas ações e gestos que passam despercebidos em suas grandiosidades por serem tão comuns e banais, no entanto, são eternos para a fundamentação e reprodução da vida humana. Para que eles não caiam no esquecimento das rotinas alienantes, torna-se necessário rememorá-los e renová-los a cada agora, em cada momento e lugar em que o ser humano busca a consciência de sua existência superando as dores e prisões criadas por ele mesmo. Cristo, ao falar sobre estas ações ordinárias e belas, vem na verdade nos apontar os sentidos do espaço e do tempo cotidianos.

Quando Cristo transforma água em vinho ele está exatamente subvertendo a lógica linear de compreensão das coisas e apontando o cotidiano como instância única capaz de fundamentar a possibilidade de mudança do sentido do viver, até então estupidificante e castrador, estabelecendo uma ligação do imediato com o distante, como forma da vida ser uma festa em sua plenitude.

Para melhor exemplificar esse sentido do tempo messiânico no espaço cotidiano, vamos usar de uma imagem. Analisemos a pintura intitulada “Bodas de Caná”, elaborada entre 1562/1563 pelo pintor Paolo Caliari, mais conhecido como Veronês. Conforme ao contexto da época, Veronês pinta um tema religioso para atender aos desejos de uma rica família em que um de seus membros contraíra núpcias, pagando pela execução da obra, tanto que o pintor aborda o tema do casamento bíblico introduzindo na cena os componentes da referida família aristocrática. Desta forma, os senhores ricos da época ficavam sensibilizados por se acharem, enquanto imagem artística, perto da bondade divina, em contrapartida, as condições concretas da existência apontavam para outro aspecto, e Veronês usou de sua fina ironia para expressar essa crítica em sua obra.

Veronês sabia que a região onde Cristo iniciou sua atividade messiânica era uma das mais pobres de então, contudo, a família para a qual Veronês atenderia era uma das mais ricas, tal peculiaridade permitiu ao artista trabalhar o tema de forma instigante.

O quadro é grande em todos os sentidos. Possui mais de 6 metros e meio de altura por quase 10 m. de largura. Encontra-se atualmente no museu do Louvre e é um primor de técnica, de uso das teorias perspectivistas da Renascença, de emprego das cores e caracterização dos personagens, assim como o equilíbrio e a distribuição das formas e figuras ao longo da ampla área da tela complementam o sentido de obra-prima. Encontramos num pátio, em primeiro plano, uma grande mesa em forma de U e identificamos Cristo sentado no vértice desta, com sua mãe à sua direita. Para ambos os lados da mesa estão sentados os convidados, figuras eminentes da Veneza de então. A noiva está em uma das pontas da mesa, na outra, em pé, encontra-se o noivo junto com o chefe de serviço no exato momento em que este comenta “guardaste o melhor vinho até agora”. Apressados, em pé ou agachados para não atrapalhar, de ambos os lados da mesa, encontramos os serviçais atendendo aos convidados ou recolhendo as sobras. No centro do pátio, sentados, encontramos músicos animando a festa.

Num segundo plano, na parte superior do pátio, vemos serviçais preparando os alimentos, além de alguns penetras curiosos. De ambos os lados do pátio temos colunas gregas e num terceiro plano, no alto do quadro, identificamos jovens brincando, pendurados nos beirais, pouco interessados na festa. Ao fundo temos um céu azul claro com nuvens e aves que voam no horizonte.

Após essa rápida descrição, passemos a observar os detalhes da festa. De início destacamos o papel dos artistas, os quais Veronês fez questão de representar como os quatro grandes pintores de Veneza na época: Tintoretto, Bassano, Tiziano e ele próprio. Eles são os animadores da festa e estão localizados no meio do pátio, logo abaixo de Cristo, concentrados em suas atividades e técnicas, articulando o necessário equilíbrio entre as forças distribuídas ao longo da paisagem retratada, como se fossem a fonte de referência necessária para que Cristo se firmasse como esperança e salvamento do mundo. Os artistas são essenciais para animar a vida, mas passam meio que ignorados, daí a importância destes ser ainda maior. Tanto os artistas quanto os serviçais estão separados das figuras importantes por meio da mesa e pelas muretas que divide o pátio, expressando, claramente, a divisão social e o papel de cada um nesse contexto em que muitos trabalham para que poucos vivam no fastio. Só os jovens, na pureza de alma e curiosidade constante, estão lá no alto, pouco ligando para as futilidades da festa, preocupados mais em experimentar novos desafios, como se quisessem voar para ficarem livres desses pecados terrenos, aproximando-se de algo divino e essencial.

O que mais chama atenção, contudo, é o casal no centro da mesa. Maria está com os olhos em direção aos músicos, mas não os vê. Está pensativa, com o olhar distante, triste. Percebemos em seu semblante uma profusão de idéias, como que identificando a sua difícil tarefa de ser mãe do Messias e, ao mesmo tempo, toda a inevitável dor pela qual ela e, principalmente, seu filho passarão, pois ele terá de lutar por esses pobres e explorados que, como na festa, sentem-se satisfeitos com as migalhas dadas pelos ricos e poderosos. Talvez a única esperança esteja nas artes que podem apontar para um novo espaço de liberdade criativa e de resgate da alegria essencial à vida, será por isso seu olhar em direção aos músicos?

Provavelmente Maria deve estar absorvendo o duro impacto das palavras de seu filho que, após esta o ter procurado para avisar sobre o provável fim do vinho, virou-se para ela e disse: “Mulher, que relação há entre mim e ti? Já não chegou a minha ora?7.

Quanto ao Messias, este olha para frente, para nós que estamos observando o quadro, como querendo comunicar-nos suas dúvidas e inseguranças. Acabara de realizar o primeiro sinal de sua missão e, para tal, vê-se na obrigação de separar-se de seus entes queridos, do calor dos braços da mãe para se abrir ao mundo, entregando-se para os seres humanos em suas misérias e mesquinhas. Ao olhar o mundo em redor a partir do que detecta nos detalhes da festa, percebe o quão difícil será sua missão. Vislumbra num lampejo o como os homens usarão de suas palavras e atos, como será deturpado. Quantas mentiras e injustiças ocorrerão em seu nome e em nome de Deus.

É como se o Cristo presente em Caná, cheio de dúvidas, fosse colocado no mesmo instante na época do quadro de Veronês e percebesse, através do recordar o passado, as condições do presente, a futilidade e fastio da festa em meio a exploração dos pobres e da miséria humana, apontando para o difícil trabalho que o espera no agora de Caná e no agora da Veneza do século XVI. Ao olhar para nós, transmite-nos essas suas impressões, espacializando no agora de nosso tempo a sua presença, dialogando conosco esse recordar de sofrimentos e injustiças, demonstrando que, enquanto não apreendermos que o tempo do messias não está circunscrito exclusivamente no passado de Caná, mas pode ocorrer em qualquer momento e lugar, em qualquer agora que estejamos vivendo, nunca conseguiremos subverter essa tradição retilínea, conformista, formal e legal de perpetuação do poder de alguns sobre a grande maioria, nunca poderemos ser homens senhores de nosso espaço e tempo de vida. Diante disso, Saramago (1991, p. 124) coloca na boca de Cristo a seguinte frase:

“...Lembra-te de que eu sou o tempo, e que, portanto, para mim, tudo quanto está para acontecer, já aconteceu, tudo quanto aconteceu, está acontecendo todos os dias.

Ao olharmos os olhos de Cristo no quadro de Veronês parece que ele está nos comunicando estas palavras. Para nós, resta a esperança de que seu sofrimento e morte sejam símbolos messianicamente presentes na capacidade humana de rememorar o sentido de sua existência, do seu papel na luta pela liberdade do homem, sendo ele o elo messiânico que liga o passado, o presente e o futuro através da dor e da morte, do resgatar aos detalhes e sofrimentos vividos por todos os mortos, de forma a lutar contra o conformismo, visando a busca pela vida, uma vida que anseia por liberdade e felicidade.

“...A felicidade capaz de suscitar nossa inveja está toda, inteira, no ar que já respiramos, nos homens com os quais poderíamos ter conversado, nas mulheres que poderíamos ter possuído. Em outras palavras, a imagem de felicidade está indissolúvelmente ligada à da salvação(...). Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para qual o passado dirige um apelo.

Creio que estas palavras de Benjamin (1993, p. 223) expressam o sentido mais amplo do “tempo messiânico”, identificado aqui nas imagens de Veronês. Não por acaso, por motivos específicos à época, ele foi perseguido pela Santa Inquisição, acusado de irreverência e incoerência no trato dos temas bíblicos e das pessoas importantes de então. Veronês conseguiu estabelecer uma fina e contundente crítica aos valores e injustiças de seu mundo através do resgate do passado no presente. Esse resgate não objetivava uma reprodução exata dos elementos ocorridos, mas era tomado como memória recriadora do passado, fazendo um apelo ao mesmo, para melhor entender e criticar o seu tempo, podendo até subvertê-lo.

Esse tempo messiânico permite-nos uma análise mais rica e ampla do momento em que estamos vivendo, de forma a não ficarmos restritos às normas e padrões considerados corretos de se pensar e agir, apontando para meios alternativos de se olhar e refletir sobre o mundo, um mundo dos homens concretos, feito de detalhes e elementos comuns presentes no cotidiano de todas as épocas e lugares.

Esse resgate do cotidiano aqui apresentado pelas teorizações de Benjamin, complementadas com as expressões artísticas de um Veronês, entre tantas outras possibilidades, permite-nos vislumbrar uma contribuição do conhecimento geográfico mais próximo das reais necessidades da maioria das pessoas, não se restringindo a modelos generalizantes e uniformizadores dos discursos hegemônicos da abordagem científica, pelo contrário, abrindo-se para o mundo e para a diversidade das formas de lê-lo e vivenciá-lo - assim como o Messias se abriu para a vida -. Um conhecimento científico assim instaurado será menos preconceituoso e mais próximo das condições do viver dos homens.

## **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR – QUANDO SERVIR O BOM VINHO?**

O tempo messiânico, aqui entendido como aquele que potencialmente subverte a ordem hegemônica do tempo e espaço de base exclusivamente matemática e mecânica, aponta para um agora que se dá no lugar de vivência, devendo ser pensado, teorizado e construído a partir do cotidiano, ou seja, para e com o real vivido e não como uma mera abstração estranha às condições concretas do existir; isso abre à geografia grandes desafios.

Ao se tomar a geografia como instância que estuda as complexas relações homem/natureza, reduzindo e simplificando esta análise aos modelos considerados institucionalmente como científicos, acaba-se por construir uma visão do mundo altamente deturpada, cingida das condições concretas em que a vida elabora sua espacialidade própria. A questão se torna ainda mais complexa quando este conhecimento se volta à formação de professores, pois aí interagem duas “ciências” que possuem matrizes lógico-científicas muito próximas, tendendo a colocarem suas análises como verdades amplas e definitivas em que todos os demais saberes devem favores, deixando a vida de lado, mas ditando como esta deve ser a partir do rigor de seus discursos.

O objetivo de ambas é a formação do “bom professor”, sendo que esta formação significa a competência dos conteúdos inerentes à geografia, de um lado, e das técnicas e teorias didático-pedagógicas, por outro.

Para estas, o futuro professor deverá saber classificar os solos e climas; denominar rochas e formações geológicas; expressar a lógica da urbanização e da concentração fundiária no campo; além de ter noção de economia em geografia, sociologia em geografia, antropologia em geografia, história em geografia etc em geografia. O bom professor também deverá saber usar de recursos didáticos inovadores; elaborar corretamente aos planos e saber aplicá-los com eficiência; avaliar de forma diversificada; respeitar o desenvolvimento psicogenético dos alunos; entender das teorias pedagógicas, notadamente do construtivismo; conhecer as leis que regem a educação; além de ter noção de psicologia em educação, sociologia em educação, antropologia em educação, filosofia em educação etc. em educação. Com isso podemos concluir que um bom professor deverá ter um conhecimento quase universal. Somam-se todos estes conteúdos e teremos a síntese de qualidade, competência e eficiência de um bom professor 8.

O mundo parece tão fácil e perfeito no interior dos cursos universitários, basta somar a toda essa série de informações e discursos para termos a “teoria final” e verdadeira a nos dizer o como e o que devemos trabalhar em sala de aula; pena que as condições

concretas em que esse profissional irá atuar são bem mais complexas, diversificadas e inesperadas, expressando os limites deste rigor formal e burocrático dos discursos científicos aplicados na formação dos chamados futuros cidadãos.

O caminho para superar essa idealização metafísica de boa formação passa por uma relação categorial cara à geografia, ou seja, a relação aparência/essência deste processo.

Como na crítica presente na cena em que o chefe dos serviços fala ao noivo, no exemplo aqui das Bodas de Caná, quanto ao fato de geralmente nas festas servir primeiro o bom vinho e, quando os convidados estiverem embriagados, posteriormente oferecer o vinho pior, temos no processo de formação de professores a tendência de reduzir a possibilidade de formação mais profunda a apenas uma aparência de boa festa regada ao melhor dos vinhos, enquanto na verdade nos aguarda o vinagre do dia-a-dia.

Apesar de serem geógrafos, a maioria dos profissionais que trabalham nos cursos de formação de professores de geografia não conseguem ler a paisagem com que se apresenta toda a legalidade, a burocracia e formalismo desse processo de formação. Caso existam problemas, a causa destes é colocada em esferas longínquas, numa abstração sem contextualização política, servindo mais de alibi para justificar o conformismo do que um referencial de luta, tipo: “é culpa do Banco Mundial que nos obriga agora a ter que ampliar o número de vagas e evitar que os alunos desistam do curso”. Encontrou-se o culpado, resta agora é se adaptar às novas regras, ou seja, vamos evitar de reprovar muitos os alunos, assim fazendo poderemos ter uma boa classificação frente aos órgãos de avaliação. Faz-se a crítica, mas para-se nela, e justifica-se uma forma de se adaptar.

Este conformismo político explica o olhar vedado dos geógrafos para a leitura da paisagem, apenas identificando nesta alguns elementos sem um entendimento lógico destes a partir da dinâmica em que ocorrem. Não conseguem contextualizar o jogo de diferentes escalas, entre o local e o geral, entre o próximo e o distante, que parametriza dada paisagem e revela os determinantes espaciais, de maneira a estabelecer formas de luta, resistência e críticas teoricamente embasadas. Muitos acabam se contentando com a paisagem em si, ficam restritas a ela, tomam-na como a própria essência espacial que determina as formas de conduta, os valores e as idéias.

Uma postura como esta não permite ver no local das ações cotidianas as diretrizes colocadas, por exemplo, pelo Banco Mundial, a se manifestarem territorialmente via as condutas das próprias pessoas que criticam a estas. Essa política dita globalizante e excludente não é mera abstração espacial, entendida como oriunda de algum ponto no espaço localizado a milhares de quilômetros de distância, em algum escritório acarpetado

de um luxuoso edifício em New York, mas são práticas cotidianas materializadas nos lugares em que homens concretos vivem, ou seja, em nosso meio imediato.

São esses homens, no dizer de Nietzsche, “abandonados pelas musas”, ou seja, homens impossibilitados de pensar além do óbvio, que muitas vezes se colocam como críticos à lógica geral do capital, ou dos órgãos governamentais e de financiamento internacional, mas acabam por expressar esta mesma lógica, a qual dizem combater em seus artigos e discursos. Colocam-se contra o autoritarismo e a burocracia que justificam o cerceamento da criatividade e da busca de pensamentos mais profundos e desafiadores, mas permitem a consolidação destes elementos castradores sem um mínimo de esforço e de resistência, pois entendem a estes apenas como forças genéricas, distantes, em outra escala, sendo que no local, e em seu caso particular, apenas tenta-se sobreviver.

Hoje percebemos que o processo implementado pelas novas medidas de melhoria da qualificação de formação de professores, e do ensino em geral, expressam uma postura altamente autoritária por parte do Estado ao atender os interesses prioritariamente econômicos, os quais tomam um caráter totalitário. Mas muito desses “homens sem musas” identificam esse autoritarismo totalitário apenas como uma força que vem de fora, restando a eles apenas criticar quando se sentirem prejudicados e, após o choro, adaptarem-se às novas condições para não sucumbirem no anonimato e marginalidade produtiva.

No entanto, esse totalitarismo não se reduz a uma paisagem cuja essência encontra-se lá no Banco Mundial, ou nos escritórios do Governo Federal; para um bom geógrafo, a leitura da dinâmica escalar permite identificar que entre o Banco Mundial, o Ministério da Educação, as Pro-reitorias, as reuniões departamentais, e as conversas de corredores e a sala de aula, ocorre uma série de fluxos, de forças ideológicas e políticas, de interesses pessoais conflituosos, de acordos particulares visando troca de favores, de ausência de crítica teórica aliada ao conformismo intelectual, fazendo da paisagem das mudanças do processo de formação de professores ser a expressão de uma série de relações espaciais nas quais estamos diretamente envolvidos, atuando, produzindo e nos contradizendo.

Esse totalitarismo que aparentemente tem sua origem em algum lugar bem distante do ponto territorial onde estamos exercendo nossas relações profissionais, coloca-se concretamente em nosso espaço imediato de ação e vivência. Disfarçado de Leis e de decisões democraticamente instituídas em conformidade às normas e limites financeiros, territorializa-se em reuniões departamentais, em congregações, em assembleias, nos cafés e chega à sala de aula. Desta forma, por exemplo, discute-se, com belas palavras, como elaborar uma política de avaliação de um curso visando a melhor qualidade deste, mas os

parâmetros para discutir já estão definidos a priori. Kantianamente, por já estarem definidos “a priori”, muitos dos professores universitários os tomam como “imperativos categoriais”, reclamando dos mesmos, mas se beneficiando com este empobrecimento político e teórico, contribuindo para a concretização destas medidas autoritárias, ou seja, critica essas posturas e medidas totalitárias no “atacado”, mas as reproduzem no “varejo”.

Nesse sentido é que identificamos a análise crítica que o professor Milton Santos (1999, p.35) faz do totalitarismo na era da globalização do capital, ao que ele denomina “globalitarismo”.

“...Eu chamo a globalização de globalitarismo, porque estamos vivendo uma nova face do totalitarismo(...). Esse globalitarismo também se manifesta nas próprias idéias que estão atrás de tudo(...). Todos obedecem de alguma maneira aos parâmetros estabelecidos(...)é uma forma de totalitarismo muito forte(...)porque se baseia em idéias que aparecem centrais a própria idéia de democracia.

O autoritarismo mudou, ele se coloca de forma democrática, expressando-se por veículos institucionais, fundamenta-se na ordem e na legalidade, identificando-se com indivíduos que não se entendem como autoritários, por terem os olhos velados para com a paisagem cotidiana na qual o mesmo territorialmente se manifesta, de forma que tudo pareça ser medidas para se sobreviver, para se conseguir mais verbas e financiamentos, para o curso e/ou professor conseguir uma boa avaliação etc. Nessa direção, Roberto Romano (1999, p. 23), ao comentar o pensamento de Milton Santos, afirma o seguinte:

“...Talvez por isso o professor Milton (Santos) esteja falando de totalitarismo hoje na universidade. Porque as coisas são dadas, o pacote é dado, e o modo de executar e de avaliar são dados a priori, e você tem de levar em conta o a priori. E, se você não levar em conta, tem sempre o bate-estaca de plantão.

Esse “bate-estaca” é o “homem sem musas”, materialização individual humana de uma postura cada vez mais majoritária no interior da academia, onde o totalitarismo transforma-se em conduta naturalizada, sinônimo de competência e eficiência, sendo “no frigar dos ovos” uma forma de agir velada pela aparência de decisões democráticas, de cumprimento assíduo das leis e burocracia. Por isso que muitos geógrafos não conseguem ler a paisagem com que as reformas, as quais dizem melhorar a qualidade do ensino e de formação do bom professor, se apresentam.

Um geógrafo que não consegue ler tal paisagem, possui uma grave deficiência de formação, ou então está com outras intenções pessoais para justificar esta opção míope, para não dizer cega, frente as reais necessidades sociais.

A título de exemplo destas questões de autoritarismo disfarçado de posturas democráticas e legais, comprometendo um real processo de formação profissional, apesar de se colocar como buscando tal qualificação, podemos citar o caso ocorrido durante o ano de 1998 no curso de licenciatura em geografia da UNESP de Presidente Prudente. Em pleno processo de avaliação do curso, visando atender as diretrizes e normas definitas pela reitoria e órgãos diversos, identificávamos nas assembleias de professores e alunos falas a exigirem uma qualidade de formação condizente com as atuais necessidades do mercado, sendo que estas intervenções eram subsidiadas por pesquisas de opinião dos quadros docentes e discentes, levando a uma cobrança coletiva de definição por um curso que deveria formar profissionais competentes e compromissados socialmente, verdadeiros cidadãos críticos.

Em meio a toda esta paisagem de boas intenções e decodificação de normas perante aos ideais de formação, a prioridade colocada para mudar o curso na verdade encontrava-se em parâmetros já estabelecidos a priori, e este a priori era o que os órgãos competentes superiores definiam como necessidades de mercado e, para tal, as mudanças deveriam ocorrer de forma que o curso estivesse dentro de critérios definidos como passíveis de avaliação e de boa classificação frente a competição que então se delineava.

No interior desse quadro, as falhas do curso, que invariavelmente ocorrem no cotidiano de qualquer graduação ou pós, não poderiam ser consideradas, pois o importante eram os aspectos formais com que se pretendia apresentar os critérios de melhoria de qualificação (titulação, produção científica, baixo índice de evasão, material de qualidade etc.). Contudo, em meio a esse processo de avaliação geral, um grupo de alunos, no início do primeiro semestre, preferiu ir jogar bola na hora da aula de um professor. A questão foi colocada de forma irônica num jornal dos alunos do curso de geografia, criticando a falta de compromisso da categoria para com os rumos do curso e da formação profissional. A coisa ficaria por aí se, por um destes acasos da vida, um exemplar do jornal não chegasse a um dos altos membros da reitoria, que pediu explicações por parte dos responsáveis pelo curso. Aí a situação se abriu para sua verdadeira face.

Vejam como o caso é exemplar. No nível do cotidiano, vamos rotineiramente vivendo aos problemas e contratempos do curso, mas do ponto de vista geral, temos uma “imagem a preservar”. Esta imagem é a mesma daquele que oferece um vinho bom para esconder o vinagre cotidiano, pois o vinho bom só serve para dar uma imagem nossa aos outros, uma imagem que entorpece os sentidos, fazendo nos contentar com a ilusão que esta é realmente a verdade da festa, no nosso caso, do curso. Quando, pelo vãos dos dedos, o vinagre vem à tona antes da hora marcada, ou é fruto da contestação por parte

daqueles que tem que consumi-lo diariamente, todos os interessados em preservar determinada imagem se unem para abafar os reclamos, ou eliminar as provas.

Os esforços para evitar que a imagem seja quebrada revelando a essência espacial que rege a lógica das relações sociais em cada local, expressam a verdadeira face do autoritarismo até então disfarçado de boas intenções.

Desviar o foco das atenções, colocar o problema em outro lugar, reverter a culpa, pressionar e intimidar aos que ousaram reclamar são medidas comuns que o autoritarismo classicamente adota – vide FHC no caso dos “grampos no telefone”, ou Bill Clinton no caso das estagiárias etc. -. No caso de nosso exemplo, após a cobrança de esclarecimentos, os responsáveis pelo curso tomaram uma série de medidas - do convocar alunos para esclarecimentos, passando pelo pedido à A.G.B. e aos professores para se pronunciarem a respeito -. Com o tempo, foi ficando claro que a preocupação da comissão de esclarecimento era saber quem tinha escrito e como a notícia chegou à reitoria. Os motivos da falta de compromisso, do descaso com a avaliação, do debate quanto o real sentido de uma formação de qualidade, não se contentando apenas em atender aos determinantes definidos a priori, mas objetivando as reais condições em que o curso estava estruturado, foram questões não abordadas, pois pressupunham uma reflexão muito profunda, que apontaria para tomada de posturas contrárias aos interesses majoritários e às diretrizes já definidas pelos órgãos responsáveis pelo gerenciamento destas reformas.

No final, intimidou-se a quem escreveu ao jornal, definiu-se uma série de explicações, elaborou-se um documento esclarecendo ao caso e tudo voltou ao que era antes. A oportunidade de se discutir o contexto da paisagem foi negada, optando em ficar com a imagem aparente, pois esta garantiria benefícios imediatos no interior da competição por restos de verbas e prestígios pessoais.

Num quadro como este, como pensar a formação do bom professor?

Pomposamente apontar que as dificuldades e mazelas, que permeiam atualmente ao ensino e a formação de profissionais em educação, são culpa exclusiva do governo, ou do FMI etc., é não perceber que esta formação ocorre no espaço/tempo cotidiano, envolvendo pessoas diferenciadas, com posturas muitas vezes contrastantes, e a tentativa de uniformizar em prol de um modelo eficiente em sua postura quantitativa, de controle técnico, acaba prejudicando o entendimento da diversidade como sendo a garantia concreta de qualidade. Quem não assume a isso, reproduz o autoritarismo totalitário por ignorância ou por mero interesse particular.

No nosso exemplo, as posturas majoritariamente tomadas apontam que os geógrafos não souberam ler a paisagem cotidiana em seu contexto histórico,

comprometendo o sentido de qualidade de formação idealizado para os licenciandos do curso, pois os alunos não foram exercitados para pensarem, criticarem e teorizarem a partir da prática cotidiana que envolvem as condições concretas em que dada formação ocorre. Estes tomam vinagre cotidianamente, mas são iludidos com o bom vinho distribuído em momentos pontuais, de maneira que esta prática é que eles aprenderam e que irão reproduzir no dia-a-dia da sala de aula. Eles não foram estimulados a exigirem o bom vinho sempre, a subverterem a lógica hegemônica de forma que a vida se transforme numa festa completa, mas são reforçados a se condicionarem ao conformismo de atenderem às aparências dos processos de trabalho e de relações hipócritas em troca de migalhas de favores, ou do benefício da instituição a que estão ou estarão vinculados. Isso é muito pouco para uma vida. Será que a simbologia de Cristo nas Bodas de Caná é tão difícil assim de ser apreendida? Será por isso que o olhar de Maria fosse tão doloroso?

Ser um bom professor de geografia não significa necessariamente sistematizar todo aquele rol de conteúdos passados pelas diversas disciplinas que compartimentalizam sua formação, como exemplificado no início deste capítulo. Ler e buscar novos conhecimentos é essencial e deve ser uma prática constante, como forma de se manter informado e visando sempre aprimorar a formação, contudo, essas buscas e leituras constantes não podem ser tomadas como modelos e verdades que direcionam o agir em sala de aula, mas sim como elementos que auxiliem ao professor pensar o mundo a partir das condições concretas em que as relações humanas ocorrem. Como no caso de nosso exemplo, deve se usar de nossa capacidade de ler a paisagem para que, em meio a diversidade de posturas e leituras, concretamente poder produzir conhecimento, teorias, pensamentos e ações a partir do vivenciado cotidianamente, não se refugiando por detrás de normas, documentos e posturas formais, ou seja, de uma imagem, de uma paisagem que se evita desvendar a lógica.

Um geógrafo que negue ler a paisagem, ou que não consegue refletir sobre a mesma a partir do inusitado, do aleatório, do imprevisto, será sempre um profissional deficiente. Para superar tal limite, ele não precisa saber de todas as classificações de rocha, de climas, de tipos de ocupações, de movimentos sociais etc., mas precisa ter instrumentos teóricos e metodológicos que o capacitem a entender essa diversidade paisagística a partir dos determinantes sócio-espaciais, precisa dominar um alfabeto geográfico que o permita ler as imagens, expressar verbalmente ao que analisa e descreve, e pensar por uma diversidade de lógicas aquilo que observa e vive.

Para tal, o compromisso com a vida deve determinar seus objetivos, estando aberto para o diálogo com a diferença, para a capacidade de criticar e reavaliar suas verdades aprendidas teoricamente. Um professor de geografia que já possui a verdade a

priori dos fatos, não terá condições de teoricamente pensar a diversidade da vida, obrigando-o a se conformar por detrás das normas legais, escondendo-se por entre um rol de abstrações teóricas e modelos de respostas prontas, do joguinho pelo poder, de ajudar a consolidar uma imagem comprometida basicamente com o poder institucional, fugindo da realidade em suas contradições, negando a possibilidade do tempo/espaço messiânico se realizar, por mais cristão e bem intencionado que seja esse professor.

Não existe fórmulas para ser um bom professor, apenas desafios e apontamentos que cada um deve trilhar, criticar e criar.

### **O ENSINO DE GEOGRAFIA – APONTAMENTOS CONCLUSIVOS EM ABERTO**

Usando da metáfora de Michel Maffesoli, podemos dizer que praticar o ensino é se preparar constantemente para “ouvir a relva crescer”, ou seja, é não se reduzir ao óbvio das análises e respostas generalizantes que a priori a chamada verdade única da “ciência” apresenta, mas procurar estar atento para os detalhes, murmúrios e elementos que aparentemente não possuem lógica, que surgem e cobram respostas e posturas que não cabem no interior dos modelos apresentados pelo discurso dito científico. O professor deve sentir e refletir sobre estas questões, fenômenos e elementos que compõem a vida cotidiana, observando o potencial subversivo dos mesmos, estabelecendo críticas, teorizando e dando certa lógica e objetividade para a complexa fragmentação e caoticidade destes, de forma que a análise científica deixe de ser a grande verdade imposta ao real, mas permita a esse real ser lido em sua diversidade e em sua unidade no próprio processo de construção e vivência.

Desta maneira, ciência, arte, religião, misticismo, senso comum, silêncio, loucura e demais níveis e esferas do conhecimento se interagem para produzir entendimento do mundo. O professor, como no caso o de geografia, tem que estar preparado e continuamente se preparando para saber lidar e ler essa diversidade que é o mundo dos homens, para dar sentido lógico ao viver, o que é diferente de dizer o que é essa diversidade em cada um de seus componentes para depois pedir a reprodução desta conceituação em si.

Ensinar geografia não é ficar reduzido aos conceitos genéricos com que oficialmente se entende a geografia, fazendo com que os alunos reproduzam a estes de forma simplificada e mastigada, mas também não é ficar restrito aos elementos que nossa experiência capta a partir do empirismo imediato, retirando destes apenas outros conceitos fragmentários que os alunos devem reproduzir da mesma forma como reproduzem aos dos livros didáticos. Ensinar geografia é ter a preocupação com a elaboração de uma linguagem

que instrumentalize ao aluno ler a diversidade do mundo, estabelecendo sentido, produzindo reflexões e teorias, pensamentos críticos, definições alternativas e subversivas de forma a intervir e agir no mundo a partir do lugar em que se localize, mas um lugar contextualizado pela diferencialidade de escalas, pelo arranjo político e determinantes econômicos, pelo que a paisagem se apresenta de visível e de oculto. Para tanto, partir da paisagem imediata e cotidiana é crucial, mas não se pode ficar reduzido a esta, pelo contrário, deve-se produzir formas de entendimento para que essa paisagem se explique pela lógica sócio-espacial determinante das condições com que o imediato assim se consubstancia.

Mas isso tende a também incorrer num mero jogo de palavras com belas intenções, portanto, para que essa crítica não se reduza a esses parâmetros, o professor deve ter a preocupação constante de elaborar teorias a partir dos elementos compositores da linguagem geográfica. Essa linguagem é estruturada a partir de práticas rotineiras, vivenciadas pelas pessoas em suas individualidades, pelas relações espaciais estabelecidas no processo de produção das condições de sobrevivência humana, mas é também fruto da elaboração de conceitos a partir dessas experiências, permitindo que estas tenham um entendimento lógico, passível de crítica e recriação, ou seja, a linguagem geográfica é fruto desta interação entre as condições concretas cotidianas em que produzimos nossa espacialidade com os limites e potencialidades lógicas da gramática, do alfabeto empregado para entender estas condições.

Por esse aspecto, podemos tomar uma leitura geográfica da paisagem pelo viés do entendimento geométrico da mesma, ou seja, quando um geógrafo observa um lugar, vê a paisagem do mesmo, a partir disso deve elaborar elementos que o permitam descrever as características, relatando e representando a estas de forma a ser passível de entendimento e leitura por terceiros. Por meio de mapas, cartas e fotos, pode apresentar a localização, distribuição e as características mais superficiais das formas com que os elementos de determinada paisagem se apresentam, contudo, um estudo geográfico não pode se reduzir apenas a esta descrição paisagística deve sim procurar entender a lógica espacial que permitiu a esta paisagem assim se estruturasse em determinado lugar, portanto, deve trabalhar com uma série de conceitos e dados para viabilizar o entendimento desta lógica tanto para os que aí vivem, quanto para aqueles que habitam outros lugares, de maneira a melhor compreenderem o porquê desta configuração territorial, como analisá-la de forma crítica e de como mudar ou não a mesma. Nesse sentido, os conceitos com os quais fundamentam a linguagem geográfica devem ser ampliados e enriquecidos.

Tendencialmente nossos conceitos como paisagem, concentração fundiária, acumulação, localização, territorialização, distribuição, circulação etc., optam por uma definição que caminha na direção definida pelas ciências matemática e físicas, ou seja, não

podem ter em seu interior a possibilidade de contradição e diversidade enquanto forma de entendimento e análise teórica, por exemplo, o conceito de contradição não pode se contradizer, pois deve expressar um sentido único e preciso do que vem a ser contradição.

Perante essa unidirecionalidade do conceito, que ajuda em certa objetividade do conhecimento, o mesmo tende a se enrijecer, dogmatizando-se, não caminhando em acordo com o movimento do real, mas tende a se impor sobre, visando negar as próprias transformações do mesmo. Frente a isso, os conceitos empregados no discurso geográfico precisam ser redimensionados, trocando experiências com a vida e com outras instâncias do saber humano, para ficarem mais abertos às possibilidades diversas de movimento do real e não se reduzindo ao rigor lógico com que tendem enquadrar o mundo em nome da dita verdade.

Perante estas observações genéricas, resgatamos aqui o sentido messiânico do tempo e do espaço como forma de buscar outros parâmetros lógicos e teóricos para se pensar a vida e a função de professor, portanto, finalizo este artigo voltando à questão das Bodas de Caná, mas agora trabalhada por Fiodor Dostoiévski (1995) em seu clássico Irmãos Karamázovi.

Nesse romance, encontramos o jovem Aliócha, após a morte de seu orientador espiritual (Stáriets), tendo visões das Bodas, ao mesmo tempo que, a partir de uma experiência do espaço/tempo messiânicos, vê o lugar e o momento presente, com seus irmãos e pessoas conhecidas, interagindo com o passado para além do futuro de seu país e de sua religião, de suas crenças e superstições. Tudo se interage num agora em que os diversos fenômenos ocorridos em escalas múltiplas interagem-se num turbilhão espacial que precisa de sentido, ou seja, necessita ser aberto para o mundo. Assim, em seu quarto de repouso, local em que se sentia protegido em relação as mazelas e dores do mundo, local de contemplação no qual orava pela salvação do mundo, passa a ter essas visões do passado, do presente e do futuro, fazendo germinar em seu ser uma reflexão mais profunda sobre o sentido do sacrifício do Messias, o qual irrompera no meio de sua vida de meditações e boas intenções, da mesma forma que Ele tende a irromper no meio de todas as vidas humanas, incomodando e subvertendo nossas “verdades” e “bons” ideais, apontando para a necessidade de corromper nossa visão aparentemente segura e harmoniosa sobre o sentido da existência humana e pessoal no mundo.

Nesse ponto Aliócha percebeu o sentido do milagre do vinho e do simbolismo do casamento. Olhou o mundo lá fora, para além do seu quarto e, apesar de ser uma boa pessoa e sempre cumpridora de seus deveres, sentiu os perigos e dores que o esperavam, mas entendeu que a vida é para ser vivida em sua diversidade e não meramente

contemplada em sua idealidade, em nosso conformismo e hipocrisia de boas intenções. Percebeu que o momento das Bodas em Cristo é exatamente o do entendimento de sua missão, ou seja, o de se abrir para o mundo em suas dores e injustiças, deixando de lado o conformismo e a mera idealização dos fatos. Diante disso, resolveu sair do mosteiro onde morava, da tranqüilidade de seu quarto para que “vivesse o mundo”.

Nesse sentido é que entendemos o papel do professor, qualquer professor, no nosso caso o de geografia, pois tem que partir para viver o mundo em seus desafios, dores, objetivos e prazeres. Não adianta ficar escondido por detrás de meras intenções consideradas justas e benignas a partir de modelos teóricos precisos mas vazios, de discursos inflamados, de objetivos óbvios e não fundamentados na vida cotidiana, concreta e real.

Para que esse professor não se reduza a uma vida meramente de reclamos, de pura idealização a ser constantemente frustrada ao entrar em choque com as dificuldades da profissão, é que colocamos aqui alguns elementos para se pensar com maior diversidade a possibilidade de se recriar as formas de se ler e entender o mundo e não ficar restrito em dizer o como esse mundo deve ser a partir de conceitos rígidos definidos a priori, num tempo sempre cronologicamente preciso e regular sobre um espaço geometricamente exato e passível de catalogação em sua totalidade. Para tal, o professor não deve assumir sua profissão como uma missão, um sacerdócio, mas, pelo contrário, deve entender-se como um ser humano a exercer dada atividade cujo contexto espacial não se enquadra numa precisão tão idealmente racionalizada, assim, deve entender o sentido metafórico do tempo messiânico como uma força lógica a combater a hipocrisia das relações e o velamento das visões do mundo.

Os atritos ocorrerão, assim como a necessidade de subverter as crenças e ideais, além do ter de enfrentar a legalidade, a burocracia, aos valores morais que regem a hegemonia controladora e traumatizadora dessa sociedade doentia em que vivemos. Temos de lutar, e essa é a grande contribuição da visão messiânica aqui trabalhada, para não mais nos iludirmos e nos conformarmos com alguns esparsos cálices de vinho, geralmente de “segunda mão”, servidos esporadicamente ao longo de nossa existência, enquanto no cotidiano só tomamos o vinagre de nossas dores e sofrimentos. Temos de lutar para que, no dia-a-dia, sempre tomarmos o melhor dos vinhos possíveis.

## REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. O Novo Espírito Científico. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1968.

- BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas, vol. I. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- BENJAMIN, Walter. Teses Sobre Filosofia da História. São Paulo, Ática, 1985.
- BÍBLIA. Evangelho Segundo São João. São Paulo, Edições Loyola, 1983.
- CARVALHO, Marcos B. A Antropogeografia do Final do Século XIX aos Desafios Transdisciplinares do Final do Século XX. Tese de Doutorado, São Paulo, PUC, 1998.
- CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. ; CORRÊA, Roberto L.(org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis, Vozes, 1996.
- CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.
- DESCAMPS, Christian et al. Idéias Contemporâneas - entrevistas do Le Monde. São Paulo, Ática, 1989. BAUMER, Franklin L. O Pensamento Europeu Moderno. Lisboa, Edições 70, 1990.
- DOSTOIÉVSKI, Fiodor. Os irmãos Karamásovi. Rio de Janeiro, Nova Cultural, 1995.
- FERRAZ, Cláudio B. A Geografia e o Indivíduo – Para Além da Ciência, da Estética e da Ética da Modernidade. Tese de Livre Docência. No prelo.
- FERRAZ, Cláudio B. Geografia e Paisagem: entre o olhar e o pensar. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2001.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Loyola, 1994.
- HEIDEGGER, Martin. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- HOLZER, Werther. Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1999.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- LEFEBVRE, Henry. Posição – Contra os Tecocratas. São Paulo, Nova Crítica, 1969.
- LOURENÇO, Claudinei. Paisagem no Kosmos de Humboldt: um diálogo entre a abstração e a sensibilidade. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2002.
- MOREIRA, Ruy. O Círculo e a Espiral. Rio de Janeiro, Obra em Aberto, 1993.
- O'NEILL, Eugene. Longa Jornada Noite Adentro. São Paulo, Abril Cultural, 1982,
- ROMANO, Roberto. Entrevista com Roberto Romano. In *Caros Amigos*, n.23. São Paulo, Casa Amarela, 1999.
- SANTOS, Boaventura de S. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, HUCITEC. 1997.
- SANTOS, Milton. Entrevista com Milton Santos. In *Teoria e Debate*, n.40. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 1999.
- SARAMAGO, José. Evangelho Segundo Jesus Cristo. Rio de Janeiro, Record, 1991.